

# A dialética do imperialismo: contribuição para uma reinterpretação marxista

LEONARDO DE MAGALHÃES LEITE\*

## Introdução

Ao reler as teorias mais difundidas sobre o imperialismo, me deparei com divergências entre elas que pareciam insolúveis. Cada uma parecia ser verdadeira num sentido restrito, como se descrevessem partes isoladas do complexo e abrangente fenômeno. Essa heterogeneidade, contudo, constitui uma potência pouco explorada pela crítica marxista: por mais contraditórias que possam ser as teorias surgidas em tempos e espaços distintos, seu exame em conjunto fornece caminhos necessários e úteis para compreender o objeto *para além* de seu desdobramento concreto. Com este pequeno artigo, utilizarei a heterogeneidade do desenvolvimento teórico como meio para oferecer uma interpretação de inspiração ontológica sobre o imperialismo, sobre o que ele é, sobre sua realidade objetiva.

A hipótese defendida aqui é que a existência de várias leituras diferentes sobre *o imperialismo* – frise-se o tratamento no singular – sugere que, por mais multifacetado que seja, ele continua sendo *o imperialismo* independentemente do ângulo que o observe. Com esse truísmo, sugiro que a existência de diversas e heterogêneas teorias reflete o fato de que ele se apresenta no mundo das aparências sob várias roupagens, sob distintas formas de manifestação. Ao mesmo tempo, defendo que por trás da aparência reside uma determinação invisível, oculta: a essência do imperialismo, que permanece mesmo com todas as mudanças de forma do objeto. Ressalto, para finalizar essa brevíssima introdução, que não pretendo

---

\* Professor no Departamento de Ciências Econômicas de Campos da Universidade Federal Fluminense (CEC/UFF). E-mail: leonardoleite@id.uff.br.

fazer uma taxonomia das teorias sobre o imperialismo, mas tão somente capturar através delas as determinações reais e concretas do objeto que julgo serem as mais fundamentais para sustentar minha hipótese.

### **As fases do desenvolvimento teórico e a aparência do imperialismo**

O projeto teórico de Marx de executar a crítica de nossa forma de sociedade é necessariamente ilimitado, por isso inacabado. Neste sentido, as teorias marxistas do imperialismo (e da dependência) são tentativas de levar adiante esse projeto, através das quais foram publicados textos teóricos que são produtos de determinados contextos históricos nos quais os autores evidentemente esperavam intervir praticamente. A vinculação entre teoria e prática talvez seja mais evidente na *primeira onda* de teorizações sobre o imperialismo, dentro da qual a figura de Lenin é a mais representativa dessa *práxis* revolucionária. Sua teoria do imperialismo está inscrita, usando termos de Vedda (2015, p.14), em sua aversão “a aplicar prescrições” e em sua preocupação “em examinar minuciosamente as circunstâncias históricas com as quais se faz urgente enfrentar”.

Considerando, com Lukács (2012, p.300), que a teoria é o “espelhamento de uma realidade material que existe independentemente da consciência”, o esforço teórico de Lenin e de seus contemporâneos pode ser utilizado como meio de perceber conscientemente o real, como instrumento para extrair determinações ontológicas do imperialismo. Através dessa mediação, é fácil notar que um traço constitutivo do imperialismo naquele período histórico eram as “exportações de capital”, ou, sendo mais preciso, exportações de capital produtivo e capital-dinheiro: investimentos no exterior.<sup>1</sup>

Embora a *descrição* da exportação de capital e dos trágicos resultados decorrentes de sua intensificação (a corrida armamentista e a guerra) esteja correta, a *explicação* para sua necessidade é, a meu ver, equivocada, pelos motivos que listo na sequência. Em primeiro lugar, o recurso ao capital financeiro de Hilferding (1985) como pressuposto da exportação de capitais é problemático, posto que generaliza uma característica geograficamente particular (Callinicos, 2009, p.10).

A segunda imprecisão, de caráter teórico, que fica evidente na abordagem de Lenin, é a suposição de que a centralização dos capitais teria atingido determinado nível de tal maneira que havia provocado um salto de qualidade no modo de produção em direção ao que ficou conhecido como capitalismo monopolista. Como implicação lógica, haveria uma autonomia dos preços em relação aos valores

---

<sup>1</sup> Ver Bukharin (1988, p.87 et seq.), Hilferding (1985, p.293 et seq.), Lenin (2008, p.61 et seq.), Kautski (2002) e Luxemburgo (1976, p.300 et seq.). Na abordagem desta última, a partir do assim chamado “problema de realização” contido nos esquemas de reprodução de Marx, existiria uma necessidade contínua por “mercados externos” para a realização do mais-valor total produzido em uma economia capitalista, motivo pelo qual o imperialismo seria uma característica incontornável do capitalismo. Notemos que esta formulação estava presente inclusive em autores não marxistas deste período, pioneiros no tema do imperialismo, como Hobson (1902).

(Katz, 2011, p.142-146), cuja consequência seria a decomposição do capitalismo, na medida em que, nos termos de Lenin (2008, p.101, grifos nossos), “desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, *de todo o progresso*”. Por isso a ênfase em reconhecer o capitalismo monopolista, o imperialismo, como o “último estágio”. Usando termos de Shaikh (1990, p.166), é como se a lei do valor “se desvanecesse na história”.

Essa perspectiva, entretanto, é completamente estranha a Marx. Em sua teoria do valor, o monopólio não anula a concorrência, nem o desenvolvimento das forças produtivas; pelo contrário, a potencializa.<sup>2</sup> Entretanto, em determinados momentos de *O capital*, especialmente no Livro III, Engels interpõe notas explicativas ou comentários que, de fato, sugerem uma relação antinômica entre monopólio e concorrência e parecem alimentar a equivocada interpretação dessa questão (Leite, 2017, p.317-320).

A terceira imprecisão, também de caráter teórico, diz respeito à confusão sobre o lugar no qual as leis de tendência desenvolvidas em *O capital* são válidas. Parte do marxismo atribui o caráter inacabado do projeto de Marx ao fato de ele não ter escrito os últimos livros do famoso plano presente na Introdução aos *Grundrisse*, dentre os quais aquele que versaria sobre o mercado mundial. Tal constatação levou essa parcela do marxismo a atribuir um caráter “nacional” à lei do valor, como se ela fosse válida apenas em um sistema fechado (Pradella, 2013; 2015), o que, junto ao crescente protecionismo comercial de finais dos anos 1870 até 1914, ajuda a entender por que o comércio internacional não está presente nessa primeira fase das teorias sobre o imperialismo.<sup>3</sup> Ou seja, parece que a leitura “nacional” de *O capital* conduziu aqueles que refletiam sobre as relações internacionais a aceitarem, implicitamente, a teoria ricardiana do comércio; como se a teoria dos preços de Marx fosse incapaz de explicar a dinâmica contida na circulação de mercadorias no mercado mundial.

A transformação no padrão de reprodução do capital após a grande depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial vai deslocar o foco das teorias sobre o imperialismo. Nessa *segunda fase*, estimulada pelos processos de descolonização, de “universalização dos imperativos capitalistas” (Wood, 2014, p.147), de uma aparente saída kautskiana da crise do imperialismo do período anterior, a novidade das reflexões é a vinculação entre comércio internacional e imperialismo. Correndo o risco de omitir intérpretes fundamentais desse período, parece-me razoavelmente seguro apontar que as publicações de *The Imperialism of Free Trade*

---

2 Mesmo que em determinado ramo haja apenas um capitalista, isto é, haja um monopólio, ele está subordinado aos imperativos da concorrência na medida em que, se sua composição orgânica for mais baixa que a média, ele transferirá valor para capitais mais produtivos (ver Marx, 2017, p.189 et seq.).

3 Pelo menos até a publicação de *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*, de H. Grossmann, em 1929, não tenho conhecimento de teorias que associem direta e sistematicamente o comércio exterior ao imperialismo.

[O imperialismo do livre-comércio] de Gallagher e Robinson em 1953, *Échange inégal* [Troca desigual] de Emmanuel em 1962 e *A dialética da dependência* de Marini em 1973 são responsáveis por assentar um novo papel ao comércio exterior dentro das teorias sobre o imperialismo (e, agora, sobre a dependência).

Apesar de divergências teóricas e metodológicas entre esses autores, a ênfase direcionada à circulação de mercadorias coloca pontos em comum que fortalecem a caracterização do comércio como aspecto principal na onda teórica do pós-Segunda Guerra Mundial. O primeiro deles é a percepção de Gallagher e Robinson (1953) – que seria desenvolvida por Callinicos (2009) – acerca do imperialismo como um objeto multifacetado, o que pode ser comprovado quando vemos que a ênfase dos autores é provar que a “história imperial” britânica no século XIX envolve aspectos formais e informais, relativos ao uso simultâneo da força extraeconômica direta, como na relação com a Índia, e do livre-comércio, fomentado por exportações de capitais, no caso da relação com a América Latina. Ou seja, “o tipo de garantia política entre a economia em expansão e as economias formal ou informalmente dependentes, como pode ser esperado, tem sido flexível” (Gallagher; Robinson, 1953, p.7). Os autores, portanto, sustentam um ponto que seria retomado por Marini (2005, p.150) quando este diz que a “violência política e militar” se torna “supérflua” com o desenvolvimento do mercado mundial e, conseqüentemente, do comércio internacional. Emmanuel (1990, p.31), por outro caminho, vai convergir com esse ponto quando sustenta que a descolonização da Índia em 1947 não empobrece a Inglaterra, pois “certas estruturas que perpetuam a exploração direta” permanecem, como o comércio internacional.

Em síntese, uma leitura combinada dessas teses permite-me sugerir que as formas de manifestação do imperialismo através do comércio e do investimento não representam fases cronologicamente distintas: elas atravessam simultaneamente o mercado mundial desde o momento em que ele rompe com suas formas embrionárias e assume a forma tipicamente capitalista. Ou seja, as fases históricas do imperialismo se distinguem entre si como particulares conjuntos de formas de manifestação, e não como a própria sucessão dessas formas singularmente observadas.

Comércio e investimento, contudo, só se materializam enquanto formas de imperialismo na medida em que se associam à coerção extraeconômica, ao poder do Estado. Reparemos que Marini, por exemplo, não assegura que a “violência política e militar” desaparece, mas se torna “supérflua” relativamente à intensificação de formas econômicas de manifestação do imperialismo, as quais adquirem primazia com o desenvolvimento do mercado mundial. Quando Rosa Luxemburgo, em *A acumulação do capital*, incluiu a interação entre formas sociais capitalistas e não capitalistas em sua teoria da reprodução do capital social, precisou pôr em primeiro plano a necessidade das expropriações, também levada ao centro de algumas teorias contemporâneas do imperialismo, notadamente Harvey (2003) e Fontes (2010). Na virada dos séculos XX e XXI, se constata que a ocupação militar para controle das fontes de matéria-prima, de energia etc., bem como as privati-

zações e espoliações do fundo público através do que Arrizabalo Montoro (2014, p.543, tradução nossa) chama de “universalização do ajuste fundomonetarista”, enfim, todas essas formas de expropriação, constituem aspectos organicamente vinculados à reprodução do capital em escala mundial.

## A dialética do imperialismo

Abstraindo as diferenças entre as várias formas de imperialismo destacadas na seção anterior, o que permanece vivo é a transferência internacional de valor. O motivo dos *investimentos* no exterior é, basicamente, a apropriação de lucros (comercial, de empresário e fictício), juros ou rendas de monopólio; o motivo do *comércio* internacional é a realização do valor incorporado no capital-mercadoria, mas se estabelece através da troca um processo de apropriação de lucros extras e superlucros; o motivo das *expropriações* é, por um lado, através dos aparatos estatais, manter em funcionamento os condutos que garantem as transferências de valor pelos motivos listados anteriormente e, por outro lado, efetivar concretamente a apropriação de valor baseada na força extraeconômica. Portanto, no subterrâneo de todas as formas de manifestação do imperialismo, reside uma determinação oculta, invisível, essencial: a transferência internacional de valor.

Se, em essência, o imperialismo é transferência internacional de valor, qual é sua gênese lógica e histórica? Recorrendo à teoria do valor de Marx, a condição de existência mais geral, isto é, mais simples, para a transferência de valor é a existência de vários capitais com distintos níveis de produtividade, os quais, quando se defrontam na concorrência através da circulação dos capitais-mercadorias, ensejam a distinção entre produção e apropriação de valor, isto é, efetivam a transferência de valor. Valendo-se da hipótese segundo a qual as leis de tendência expostas em *O capital* estão erigidas sobre o mercado mundial, podemos constatar que a instauração de um desnível estrutural (não fortuito, nem casual) de produtividade entre polos do mercado mundial provoca necessariamente transferência internacional de mais-valor quando o comércio envolve capitais cujos ciclos produtivos transcorram em territórios nacionais distintos.<sup>4</sup>

O argumento do parágrafo anterior é suficiente para explicar por que a troca desigual através do comércio exterior é a forma de manifestação menos concreta

---

4 Uma crítica comum à tese segundo a qual o comércio exterior envolve transferência internacional de mais-valor reside no suposto “problema da transformação” de valores em preços de produção, objeto de uma controvérsia secular dentro e fora do marxismo. Nossa posição quanto a isso está baseada em Moseley (2016), para o qual esse é um falso problema: a determinação dos valores precede logicamente a determinação dos preços de produção, sendo que são duas instâncias em níveis de abstração distintos e, como tal, são determinadas em momentos distintos da teoria de Marx. “O ‘problema da transformação’ é usualmente concebido como uma transformação dos valores *individuais* em preços de produção *individuais*. Mas a teoria dos preços de produção de Marx não é sobre isso; sua teoria é sobre a transformação do preço *agregado* em preços de produção *individuais* e do mais-valor *total* em suas partes *individuais*” (Moseley, 2016, p.6, tradução nossa, grifos do autor). Em Leite (2017, p.215-217) desenvolvemos esse ponto.

de imperialismo, ou seja, é sua aparência menos visível. São necessárias apenas duas determinações para existir: (a) capitais industriais (b) com processos de trabalho executados sob bases técnicas distintas. Não me parece coincidência, portanto, que a primeira forma de imperialismo tipicamente capitalista a se manifestar historicamente seja a troca desigual: o “imperialismo do livre-comércio” no século XIX. As gêneses lógica e histórica são, na verdade, a mesma coisa: o desnível estrutural de produtividade se instaura com o advento da grande indústria – que promove uma radical transformação na base técnica – e a constituição do mercado mundial enquanto tal; a partir de então, o mercado mundial assume a forma histórica e social de imperialismo.

Se as expropriações, outra forma de manifestação do nosso objeto, também estão presentes desde a gênese (lógica e histórica) do imperialismo capitalista, por que o advento da grande indústria (que garante a troca desigual) marca a data de nascimento do imperialismo capitalista? Ora, as expropriações constituem seus traços trans-históricos, representam suas formas pretéritas e contemporâneas; constituem, assim, o que há de natural no imperialismo, e, por isso mesmo, tendem a ser subalternizadas enquanto o imperialismo se desenvolve.<sup>5</sup> Portanto, mesmo que as expropriações sejam formas de manifestação inclusive do imperialismo capitalista, não nos auxiliam para delimitar a historicidade do objeto posto que são trans-históricas.

O que deve ser notado é que as três formas de manifestação são imbricadas entre si. Para que o comércio gere transferência de valor pressupõe-se concorrência, vários capitais, portanto migração (exportação) de capitais. Neste caso, a distinção entre produção e apropriação decorre basicamente da circunstância que a taxa média de lucro é real, é um fato incorporado objetivamente por cada capitalista individual na sua prática cotidiana. Portanto, a troca desigual por exportação e importação de mercadorias pressupõe a exportação de capitais. Ora, exportação de mercadoria é exportação de *capital*-mercadoria, ou seja, de capital sob a forma mercadoria. Ao mesmo tempo, “exportação de capitais” é exportação de capital produtivo ou capital-dinheiro. Tomando as assertivas anteriores em conjunto, podemos dizer, em certo sentido, que troca desigual é exportação de capitais.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, troca desigual *não* é exportação de capitais, ambas não se confundem: o que distingue uma forma de manifestação da outra não é o valor de uso envolvido em cada operação, mas sim a forma através da qual a apropriação de valor é materializada, ou, em outros termos, o conduto pelo qual o valor é transferido de um lugar a outro. A distinção entre elas se cristaliza no *tempo*: a apropriação de valor pelo comércio é imediata, instantânea, podendo ser resultado de diferenciais competitivos ou de coerção

---

5 O termo desenvolvimento deve ser entendido aqui no mesmo sentido atribuído por Lukács ao “desenvolvimento social”, isto é, como o “recoo das barreiras naturais” (ver Lukács, 2012, p.289, 319-320), ou seja, como a explicitação cada vez maior das determinações puramente sociais.

extraeconômica (exclusivo metropolitano, por exemplo<sup>6</sup>), enquanto por investimentos ela precisa de mais mediações, por isso exige que se transcorra algum intervalo temporal. É por esse motivo que a chamada “exportação de capitais” é uma forma de manifestação mais concreta de imperialismo do que a troca desigual. As duas categorias que dão especificidade ao imperialismo capitalista, que definem sua historicidade, se distinguem na aparência e se equivalem na essência.

A imbricação histórica entre uma e outra se revela, por exemplo, no fato de que o chamado “imperialismo do livre-comércio” no século XIX se estruturou a partir dos investimentos estrangeiros diretos britânicos na América Latina (Gallagher; Robinson, 1953, p.9-10); ou na circunstância segundo a qual a abertura para o comércio exterior das economias latino-americanas no capitalismo contemporâneo foi instigada pela crise da dívida externa dos anos 1980 (Arrizabalo Montoro, 2014, p.548-566); ou mesmo pela evidência de que grandes empresas monopolistas de hoje que terceirizaram a produção industrial para países periféricos se envolvem numa relação imperialista caracterizada pelo lucro comercial e pela renda de monopólio.<sup>7</sup> Isso evidencia, por outro lado, que essa maneira de apreender o imperialismo não prescinde do aparato estatal especificamente sob a forma do sistema de múltiplos Estados; o imperialismo, para usar termos de Wood (2011, p.29), não é “despolitizado e esvaziado de conteúdo social”. As formas políticas, jurídicas e sociais (formas de propriedade e dominação) existem e moldam a base do imperialismo, são seus atributos orgânicos. Mesmo formas culturais, linguísticas etc. de imperialismo – uma espécie de superestrutura imperialista – auxiliam na manutenção dos condutos com os quais a base econômica cobra vida.

A explicitação da transferência internacional de valor como a essência do imperialismo nos permite percebê-lo primeiramente como uma relação de dominação entre classes, na qual a relação entre Estados está contida. O imperialismo é uma relação social que conecta capital e trabalho em escala mundial através de uma rede de dominação hierárquica, dentro da qual existem aparelhos estatais com mais ou menos poder e capacidade de direção, os quais permitem e afiançam a conexão entre os vários nós daquela rede. Em outros termos, a lógica geopolítica, da articulação interestatal, está subordinada ontologicamente à lógica da concorrência capitalista, à lei do valor, o que quer dizer simplesmente que a última é condição de existência da primeira. Capturar a distinção entre aparência e essência do imperialismo significa apontar para a existência de uma relação dialética entre economia e política, entre mercado mundial, empresas transnacionais e sistema de múltiplos Estados, através da qual o mais-valor extraído mundialmente é distribuído pela rede de dominação imperialista através de vários condutos. Ademais, assim é possível entender o imperialismo como uma legalidade própria do modo de produção capitalista.

---

6 Agradeço a um parecerista anônimo por ter me alertado sobre esta questão.

7 Nos diferenciamos aqui de Smith (2016), para quem essa relação imperialista se caracteriza na formação dos preços de produção. Para mais detalhes a esse respeito, ver Leite (2017, p. 283-286).

## Referências bibliográficas

- ARRIZABALO MONTORO, Xabier. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. London: Polity Press, 2009.
- CORRÊA, Hugo. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.
- EMMANUEL, Arghiri. El intercambio desigual. In: AMIN, Samir et al. (Orgs.). *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1990, p.27-64.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *The Economic History Review*, v.6, n.1, Cambridge, p. 1-15, 1953.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, John. *Imperialism: A Study*. Nova York: James Pott & Company, 1902. Disponível em: <[http://files.libertyfund.org/files/127/0052\\_Bk.pdf](http://files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- KATZ, Claudio. *Bajo el imperio del capital*. Bogotá: Espacio Crítico, 2011.
- KAUTSKI, Karl. O imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.443-463.
- LEITE, Leonardo. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx*. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.
- LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.137-180.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro, Boitempo, 2017.
- PRADELLA, Lucia. Imperialism and capitalist development in Marx's Capital. *Historical Materialism*, v.2, n.21, London, p.117-147, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Globalisation and The Critique of Political Economy: New Insights from Marx's Writings*. Londres: Routledge, 2015.

- SHAIKH, Anwar. *Valor, acumulacion y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá, Tercer Mundo, 1990.
- SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: The Globalization of Production, Super-Exploitation, and the Crisis of Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- VEDDA, Miguel. Prefácio. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília (SP): Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p.11-28.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O império do capital*. São Paulo, Boitempo, 2014.

## Resumo

Defendemos uma reinterpretação do imperialismo a partir do exame crítico do desenvolvimento das teorias a seu respeito e da teoria do valor de Marx. Para isso, percorremos as teorias marxistas sobre o imperialismo, desde a fase clássica até a fase contemporânea, e verificamos que seu desenvolvimento segue um movimento ondular, sendo que cada nova onda teórica enfatiza um ou outro aspecto do objeto. Com a mediação das teorias, foi possível sugerir que o imperialismo é um aspecto multifacetado da realidade e que, por isso mesmo, projeta várias imagens distintas de si. Independentemente do ângulo que o observe, é possível notar a existência de uma determinação oculta, essencial, que permanece mesmo com as mudanças de forma: a transferência internacional de valor. Através da relação dialética entre essência e aparência, tentamos mostrar uma nova maneira de interpretar o imperialismo.

**Palavras-chave:** imperialismo, mercado mundial, teoria do valor, Marx, dialética.

## Abstract

We suggest a reinterpretation of imperialism from critical review of both the theories about it and the Marx's value theory. To this end, we studied Marxist theories about imperialism, from the classical phase to the contemporary one, and we noticed that its development follows a wavy pattern and each new theoretical wave emphasizes one or another aspect of the object. With a mediation of theories, we would argue that imperialism is a multifaceted aspect of reality, and even so, it projects several different images of itself. Regardless of the angle at which they are observed, it is possible to note the existence of an invisible, essential determination that remains even with the changes of form: the international transference of value. Through the dialectic relationship between essence and appearance, we try to show a new approach to interpret imperialism.

**Keywords:** imperialism, world market, theory of value, Marx, dialectics.